

CÂMARA Ministro já havia sinalizado a paralisação nas contratações

Paulo Guedes diz que vai reduzir concursos

**LORENA RODRIGUES E
EDUARDO RODRIGUES**
Estadão Conteúdo, Brasília

Para desinchar a máquina pública, o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem que o governo federal vai desacelerar a realização de concursos nos próximos anos. "A União tem de dar um tempo agora (em contratações), já tem muita gente", afirmou em audiência pública na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara. Segundo Guedes, nos próximos cinco anos, 40% dos servidores se aposentará e, ao reduzir as contratações, o número de servidores vai cair, sem necessidade de demissões.

Guedes já havia sinalizado a paralisação nas contratações de novos servidores. Durante palestra em Brasília no fim de maio, ele chegou a chamar parte do funcionalismo de "superburcadas". "Vamos travar os concursos. Vamos ter uma classe burocrática com mais qualidade e menos gente", completou.

Ele lembrou que estados e municípios também têm problemas de excesso de servidores e disse que, sem a reforma da Previdência e a redução dos gastos de pes-

"A União tem de dar um tempo agora, já tem muita gente"

PAULO GUEDES, ministro

soal, vai faltar recursos para a saúde e a educação.

Enquanto os deputados discutem retirar os governos regionais da reforma da Previdência, Guedes disse que, para a União, não haverá alteração na economia de R\$ 1,2 trilhão prevista para a União em dez anos. "Esse é um problema político, não é nosso. Não tem nada a ver com o que não nos afeta em nada", afirmou.

Guedes disse que o Congresso Nacional pode realizar a reforma da Previdência sem aprovar, em um segundo momento, a capitalização. "As duas coisas não são indissociáveis", afirmou. Ele voltou a dizer que não há alternativa à reforma da Previdência, mas que vai acatar o resultado das votações no Legislativo. "Minha obrigação é esclarecer e

acatar resultado político final", completou.

Sondagem

No encontro, Guedes disse ter sido sondado pela ex-presidente Dilma Rousseff para assumir o antigo Ministério da Fazenda após a saída de Joaquim Levy, no fim de 2015, e que defendeu a reforma da Previdência já na ocasião.

"Disse a Dilma que ela teria de

fazer uma reforma da Previdência, ou não aguava.

Na audiência, Guedes disse ter sido sondado pela ex-pre-

ditora para a liberação de saques do PIS/Pasep e do FGTS para aquecer a economia.

Segundo o ministro, liberar saques de recursos do FGTS antes seria um "voo de galinha": "Não adianta dar esse estímulo antes da reforma. A economia está parada no fundo do poço, não está afundando mais, mas, para sobir, só reformas".

Na frente tributária, Guedes defendeu novamente a criação de um imposto único e disse que o governo deve enfrentar deduções e isenções do Imposto de Renda, como em educação e saúde.

Salário mínimo

O ministro disse ainda que não garante que haverá reajuste real do salário mínimo

para 2020. Segundo ele, ainda não há decisão sobre a nova fórmula de correção do piso salarial.

"Se houver um ambiente de crescimento, vamos compartilhar isso no salário mínimo. Mais hoje, falando sinceramente, só garantir a preservação do valor do salário mínimo (ante inflação). Com esse crescimento anêmico de 0,5%, também não fará muita diferença", afirmou, na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara.

Em resposta às perguntas dos parlamentares, Guedes voltou a defender o teto de gastos. "A ausência do teto levou gasto público a 45% do PIB. É a existência do teto que nos leva a cortar o que não é importante. Chegamos ao limite", respondeu.

Guedes traçou uma agenda que será lançada, segundo ele, logo em seguida à aprovação das mudanças previdenciárias, que inclui a reforma tributária, mudanças na

distribuição de recursos entre os entes e a liberação de saques do PIS/Pasep e do FGTS para aquecer a economia.

Segundo o ministro, liberar

saques de recursos do FGTS antes seria um "voo de galinha": "Não adianta dar esse estímulo antes da reforma. A economia está parada no fundo do poço, não está afundando mais, mas, para sobir, só reformas".

Na frente tributária, Guedes

defendeu novamente a criação de um imposto único

e disse que o governo deve

enfrentar deduções e isenções do Imposto de Renda, como em educação e saúde.

Em resposta às perguntas

dos parlamentares, Guedes

voltou a defender o teto de

gastos. "A ausência do teto

levou gasto público a 45% do

PIB. É a existência do teto

que nos leva a cortar o que

não é importante. Chegamos

ao limite", respondeu.

Guedes traçou uma agenda

que será lançada, segundo

ele, logo em seguida à aprova-

ção das mudanças previden-

cíarias, que inclui a reforma

tributária, mudanças na

distribuição de recursos entre

os entes e a liberação de sa-

ques do PIS/Pasep e do FGTS

para aquecer a economia.

Segundo o ministro, liberar

saques de recursos do FGTS

antes seria um "voo de galinha": "Não adianta dar

esse estímulo antes da reforma.

A economia está parada no

fundo do poço, não está afun-

dando mais, mas, para sobir,

só reformas".

Na frente tributária, Guedes

defendeu novamente a criação

de um imposto único

e disse que o governo deve

enfrentar deduções e isenções

do Imposto de Renda, como

em educação e saúde.

Em resposta às perguntas

dos parlamentares, Guedes

voltou a defender o teto de

gastos. "A ausência do teto

levou gasto público a 45% do

PIB. É a existência do teto

que nos leva a cortar o que

não é importante. Chegamos

ao limite", respondeu.

Guedes traçou uma agenda

que será lançada, segundo

ele, logo em seguida à aprova-

ção das mudanças previden-

círias, que inclui a reforma

tributária, mudanças na

distribuição de recursos entre

os entes e a liberação de sa-

ques do PIS/Pasep e do FGTS

para aquecer a economia.

Segundo o ministro, liberar

saques de recursos do FGTS

antes seria um "voo de galinha": "Não adianta dar

esse estímulo antes da reforma.

A economia está parada no

fundo do poço, não está afun-

dando mais, mas, para sobir,

só reformas".

Na frente tributária, Guedes

defendeu novamente a criação

de um imposto único

e disse que o governo deve

enfrentar deduções e isenções

do Imposto de Renda, como

em educação e saúde.

Em resposta às perguntas

dos parlamentares, Guedes

voltou a defender o teto de

gastos. "A ausência do teto

levou gasto público a 45% do

PIB. É a existência do teto

que nos leva a cortar o que

não é importante. Chegamos

ao limite", respondeu.

Guedes traçou uma agenda

que será lançada, segundo

ele, logo em seguida à aprova-

ção das mudanças previden-

círias, que inclui a reforma

tributária, mudanças na

distribuição de recursos entre

os entes e a liberação de sa-

ques do PIS/Pasep e do FGTS

para aquecer a economia.

Segundo o ministro, liberar

saques de recursos do FGTS

antes seria um "voo de galinha": "Não adianta dar

esse estímulo antes da reforma.

A economia está parada no

fundo do poço, não está afun-

dando mais, mas, para sobir,

só reformas".

Na frente tributária, Guedes

defendeu novamente a criação

de um imposto único

e disse que o governo deve

enfrentar deduções e isenções

do Imposto de Renda, como

em educação e saúde.

Em resposta às perguntas

dos parlamentares, Guedes

voltou a defender o teto de

gastos. "A ausência do teto

levou gasto público a 45% do

PIB. É a existência do teto

que nos leva a cortar o que

não é importante. Chegamos

ao limite", respondeu.

Guedes traçou uma agenda

que será lançada, segundo

ele, logo em seguida à aprova-

ção das mudanças previden-

círias, que inclui a reforma

tributária, mudanças na

distribuição de recursos entre

os entes e a liberação de sa-

ques do PIS/Pasep e do FGTS

para aquecer a economia.

Segundo o ministro, liberar

saques de recursos do FGTS

antes seria um "voo de galinha": "Não adianta dar

esse estímulo antes da reforma.

A economia está parada no

fundo do poço, não está afun-

dando mais, mas, para sobir,

só reformas".

Na frente tributária, Guedes

defendeu novamente a criação

de um imposto único

e disse que o governo deve

enfrentar deduções e isenções

do Imposto de Renda, como

em educação e saúde.

Em resposta às perguntas

dos parlamentares, Guedes

voltou a defender o teto de

gastos. "A ausência do teto

levou gasto público a 45% do

PIB. É a existência do teto

que nos leva a cortar o que

não é importante. Chegamos

ao limite", respondeu.

Guedes traçou uma agenda

que será lançada, segundo

ele, logo em seguida à aprova-

ção das mudanças previden-

círias, que inclui a reforma

tributária, mudanças na

distribuição de recursos entre

os entes e a liberação de sa-

ques do PIS/Pasep e do FGTS

para aquecer a economia.

Segundo o ministro, liberar

saques de recursos do FGTS

antes seria um "voo de galinha": "Não adianta dar

esse estímulo antes da reforma.

A economia está parada no

fundo do poço, não está afun-

dando mais, mas, para sobir,

só reformas".

Na frente tributária, Guedes

defendeu novamente a criação

de um imposto único

e disse que o governo deve

enfrentar deduções e isenções

do Imposto de Renda, como

em educação e saúde.

Em resposta às perguntas

dos parlamentares, Guedes

voltou a defender o teto de

gastos. "A ausência do teto

levou gasto público a 45% do

PIB. É a existência do teto

que nos leva a cortar o que

não é importante. Chegamos

ao limite", respondeu.

Guedes traçou uma agenda

que será lançada, segundo

ele, logo em seguida à aprova-

ção das mudanças previden-

círias, que inclui a reforma

tributária, mudanças na

distribuição de recursos entre

os entes e a liberação de sa-

ques do PIS/Pasep e do FGTS

para aquecer a economia.

Segundo o ministro, liberar

saques de recursos do FGTS

antes seria um "voo de galinha": "Não adianta dar

esse estímulo antes da reforma.

A economia está parada no

fundo do poço, não está afun-

dando mais, mas, para sobir,

só reformas".

Na frente tributária, Guedes

defendeu novamente a criação

de um imposto único